



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 2 DE FEVEREIRO DE 2015

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: José Carlos de Oliveira Duque (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

HORA DE ABERTURA: 10h00 horas

PRESENÇAS: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), Gina Rosa Correia Cardoso (PS), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), Manuel Amadeu Ferreira Pinto (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Manuel Augusto Almeida Leitão (PSD), José Baltazar Cardoso Correia (PS), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Álvaro José Almeida Jesus, em substituição do Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Maria de Céu Sousa em substituição do Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Esteve igualmente presente o Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, em representação da Câmara Municipal, e os Srs. Vereadores Francisco José de Matos, Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Alda Catarina Sequeira Rodrigues e Rogério Fernandes Duarte.

LOCAL: Associação de Apoio à Comunidade de Sequeiros e Sete Fontes, S. Martinho das Moitas

FALTAS: Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD) por motivos de saúde.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS

1 – Período antes da Ordem do Dia.

2 - Período de Intervenção do Público.

3 - Assuntos da Ordem do Dia:

3.1 - Análise da Informação sobre a “Atividade e Situação Financeira do Município”;

3.2 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Transição da Gestão do Serviço de Águas de Consumo Humano, das Freguesias para o Município”;

3.3 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração ao Regulamento dos Cemitérios Municipais e Tabela de Taxas Municipais”;

3.4 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Abertura de Procedimento de Recrutamento para Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística”;

3.5 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Assunção de Compromissos Plurianuais relativos ao Acordo de Regularização de Dívidas a celebrar com a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão”;

Correspondência recebida

Da Câmara Municipal:

- Ofício n.º 10, datado de 20.01.2015, referente a “XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses: Convocatória”;
- Ofício n.º 1220 datado de 23.01.2015 referente a “Sessão Ordinária do mês de fevereiro”.

Publicações:

- Jornal “Voz das Misericórdias” referente aos meses de dezembro de 2014;
- “Ecos da Gravia” referentes ao mês de dezembro de 2014.

Ofícios:

- Da Assembleia Municipal de Tondela, datado de 22.12.2014, referente a “Envio de Moção do Grupo Parlamentar do PS”;
- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 19.01.2015, referente a “Reestruturação do Setor das Águas – Debate Público”.

Mails:

- Da Junta de Freguesia de Sul, datado de 23.12.2014, referente a “Pedido para retirar ponto da Ordem de Trabalhos”
- De Patrícia Azevedo, datado de 28.12.2014, referente a justificação de ausência na Assembleia Municipal de 29.12.2014;



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Do Grupo Parlamentar Os Verdes, datado de 07.01.2015, referente a “Tempo de espera excessivo no Hospital de São Teotónio”;
- De João Carlos Matias, datado de 19.01.2015, referente a “Pedido de substituição na sessão de 2 de fevereiro”;
- De Lusitana Coimbra, datado de 20.01.2015, referente a “Queixa apresentada ao Tribunal Administrativo Fiscal de Viseu pelos membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Tondela”;
- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 20.01.2015, referente a “Convocatória para o XXII Congresso da ANMP”.
- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 23.01.2015, referente a “XXII Congresso da ANMP”.

Convites:

- Do Corpo Voluntário de Salvação Pública de S. Pedro do Sul para 90.º aniversário.

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do Período Antes da Ordem do Dia, para discussão de assuntos de interesse local, começando por, em nome da Assembleia Municipal, manifestar um voto de solidariedade para com os deputados municipais Rui Almeida, José Carlos Almeida e Victor Loureiro, pelo falecimento de familiares diretos. Depois, em virtude da renúncia ao cargo da deputada municipal Violeta Sofia Pereira Martins (PS), procedeu-se à tomada de posse do deputado municipal Manuel Maurício da Costa Botas. Prosseguiu informando da ausência justificada do 1.º secretário, João Carlos de Oliveira Matias (PS), solicitando a presença na mesa do deputado municipal José Carlos de Oliveira Duque (PS), para sua substituição. Mais informou sobre a inexistência, nos documentos distribuídos, da ata da sessão de 29.12.2014, lembrando que o tempo entre sessões foi muito curto, o que inviabilizou a sua redação. Por esse facto, a aprovação da mesma fica adiada para a próxima sessão. Verificaram-se as seguintes intervenções: O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) apresentou a seguinte proposta: “Nesta Assembleia já se reivindicaram obras a esmo à Câmara Municipal inoportunamente, porque foram no início do mandato e quando as contas estavam claramente no vermelho. Depois, também nesta Assembleia, chegaram a acusar a Câmara Municipal de poucas realizações. Entretanto, o executivo foi fazendo o seu caminho, foi limpando as contas e mesmo assim foi realizando obra. Agora, com 15 meses de mandato, a dinâmica acentua-se, mesmo sem os dinheiros do novo quadro comunitário, que tarda a arrancar. Pelo que temos vindo a saber através da Net, e no que às vias de comunicação diz respeito, a Câmara Municipal tem em concurso várias obras: construção do pavilhão multiusos de Santa Cruz da Trapa; conclusão da estrada de Santa Cruz da Trapa à Landeira e Coelheira; abertura do novo arruamento em Santa Cruz da Trapa junto à sede dos bombeiros e que há-de permitir uma ligação a Vila Nova; a pavimentação da estrada em Sacados; a renovação e reperfilamento da estrada de Negrelos; o alcatroamento do estradão que, saindo de sendas, ligará a estrada municipal que, por sua vez, liga Pinho a Pindelo dos Milagres; o alcatroamento do estradão em Vila Maior que, da Torre, passa junto às estufas (e eu lembro que as estufas de S. Pedro do Sul, do senhor Vasco, é uma empresa das mais empregadoras do



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concelho e das mais dinâmicas economicamente); a reposição de uma calçada na Ucha depois de ter sido colocada uma conduta de água pública; a repavimentação da estrada em Manhouce que liga à Bondança; construção de muros em Pinho, em Sul, em Arcozelo e até mesmo nesta freguesia de S. Martinho, mais concretamente em Covas; a conclusão do estacionamento junto ao novo Centro Escolar; a repavimentação da EN16, na rua José Correia de Oliveira, entre o cimo da Av. José Vaz e a rotunda junto ao Intermarché/Moreira & Rodrigues... Portanto, são estas obras que estão neste momento em curso. E, reconhecendo todos nós a importância e a necessidade destas obras, a questão que queremos colocar ao executivo é a seguinte: qual é a fonte ou fontes de financiamento a que a Câmara Municipal deitou mão, sabendo nós que o novo quadro comunitário de apoio ainda não está em execução?” O Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD) fez a seguinte intervenção: “Na Assembleia Municipal realizada em Santa Cruz da Trapa foi-me dito pelo vice-presidente da Câmara Municipal, Dr. Pedro Mouro, quanto à distribuição de água na minha freguesia, que só faltava colocar a vedação, mas a vedação está concluída e eu tive uma conversa com o responsável pelas águas, que me disse que a água está pronta para as populações, inclusive tive conversas formais com duas pessoas que me garantiram ter já pedido os ramais da água e que a Câmara ainda não a colocou, com o senhor vereador a dar-me a informação que não houve nem uma pessoa a pedir a água, mas há pessoas interessadas na água.”. Entretanto introduz outro assunto, tratando-se do saneamento da freguesia de S. Félix, indicando que a Câmara Municipal comprou vários terrenos em várias freguesias, mas que, na sessão da Assembleia de Freguesia de S. Félix, ficou aprovado ser a própria Junta de Freguesia a comprar o terreno para a Câmara Municipal fazer o saneamento, terminando com a pergunta: “qual é a prioridade da Câmara em relação ao saneamento?”. Alude, em seguida, à realização de uma obra de alcatroamento numa estrada de Sacados, aplaudindo a iniciativa e solicitando um esclarecimento em relação ao prazo de conclusão da obra, uma vez que é a Câmara Municipal que a está a lançar: “quando é que se vai dar o início da obra e para quando é que está prevista a sua conclusão?”. Finalmente, remata a sua intervenção com os problemas já levantados noutras sessões acerca de um casal de idosos com sérias dificuldades de mobilidade, que precisam ser transportados de maca através de um espaço de 100 metros ao longo de um caminho estreito, porque são moradores num lugar da freguesia sem acesso sequer a uma ambulância, repetindo a alegada falta de fundos disponíveis para o arranjo do caminho, mas reforçando a vontade de ver solucionado o problema: a breve trecho, essa obra vai ser feita ou não?” O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) apresentou a proposta de recomendação que a seguir se transcreve: “O direito à proteção da saúde e segurança dos consumidores é um poder legítimo dos cidadãos e está consagrado na Lei 24, de 31 de Julho de 1995. Os problemas do consumo dizem respeito a todos e a tudo o que se compra e vende, por isso mesmo existem muitas regras que têm em vista a garantia da sua concretização. Importa lembrar que vivemos numa sociedade de distração e que as sucessivas Câmaras, em S. Pedro do Sul, após o 25 de Abril, têm-se demitido da sua verdadeira função de proporcionar aos consumidores da nossa terra um espaço comercial com a dignidade e a nobreza que lhe é devida. Ao longo das últimas décadas, inventaram soluções, houve muitas promessas e nenhuma atitude. E o Mercado Municipal da cidade não tem passado de uma miragem. Esquecer o que passou é esquecer o que vivemos. Por menos que seja, tudo tem um significado. A questão central não é vivermos dos erros do



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

passado, mas sim refletir sobre eles e, com criatividade, avançarmos para um projeto inovador e que poderemos intitular de Mercado Municipal. Do ponto de vista funcional, caberá aos técnicos pronunciarem-se na especialidade e, posteriormente, os representantes legais dos órgãos autárquicos deliberarem em juízo e em proveito da comunidade. Assim, o grupo parlamentar do PSD apresenta à Assembleia, para discussão e aprovação, uma proposta de recomendação constituída por 5 pontos: 1º - auscultar aleatoriamente um número significativo de consumidores, tendo em vista a sua opinião relativamente à mais-valia ou não da existência de um Mercado Municipal na sede do concelho; 2º - obter informação junto dos vendedores, com banca no mercado tradicional, do seu interesse por este projeto; 3º - que seja posto à discussão pública a matéria em apreço, nomeadamente o local da edificação do imóvel do Mercado Municipal ou eventualmente o aproveitamento de uma outra construção já existente, adaptada a esse fim; 4º - que os agricultores do concelho sejam envolvidos neste projeto, na certeza, porém, que a sua participação dará azo a uma maior produção e, conseqüentemente, uma maior comercialização e mais riqueza para o sector; 5º - neste contexto, recomenda-se que a Câmara Municipal promova uma candidatura com vista aos apoios comunitários.” O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço respondeu ao deputado António Lopes Ribeiro com a contraposição de já haver um Mercado Municipal há bastante tempo, não conhecendo uma tomada de posição por parte do PSD quando o mercado funcionava dentro de uma tenda montada na rua, acrescentando que, a Câmara Municipal, no atual mandato, verificando que o Mercado Municipal funcionava sem qualquer regulamento, levou à Reunião de Câmara a votação do regulamento do mercado, que foi aprovado por unanimidade. Mais informou que têm desenvolvido reuniões com todos os produtores, no sentido de que o regulamento comece a ser cumprido, devendo obedecer a dois fatores: que todos se inscrevam junto da Câmara Municipal e que comprovem a sua situação regularizada com as Finanças e a Segurança Social e, depois, após um período de alguns meses, que todos possam, do ponto de vista técnico e da atividade económica, juntamente com a técnica da Câmara Municipal da área alimentar e com o veterinário, adaptar-se e criar as condições para que possam vender de acordo com a legislação em vigor. Considerou que, enveredando por uma perspectiva alarmista da situação, pode-se estar a matar o mercado, prejudicando as pessoas que lá estão a comprar e a vender. Reforçou, ainda, que é numa atitude construtiva e pedagógica que a Câmara Municipal quer que todos tenham iguais condições de higiene e salubridade no próprio mercado, estando a criar condições para que isso aconteça. E conclui que não entende haver qualquer acréscimo na atual proposta de recomendação do grupo parlamentar do PSD, considerando que estão a levantar um problema onde ele não existe e a publicitar o mercado para que a ASAE lá faça uma intervenção. Ainda, sobre a possibilidade de se proceder a uma candidatura, disse que é uma medida que consta do programa eleitoral do atual executivo camarário, apesar de, por ora, não haver candidaturas para o efeito, mas sim outros espaços públicos camarários que estão ou podem ficar devolutos, e esses podem merecer uma análise futura para se reequacionar a ida do mercado para um outro sítio ou eventualmente ser feita uma candidatura. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) interveio para dizer que a proposta de recomendação apresentada pelo grupo parlamentar do PSD não é simples retórica, antes é uma moção séria, honesta e feita por aqueles que periodicamente vão ao mercado para comprarem e venderem os produtos que produzem. Acrescentou que o que está em causa, é uma construção edificada, com a dignidade que importa dar ao consumidor de S. Pedro do Sul e ao



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

produtor em S. Pedro do Sul. Sabe perfeitamente qual é a boa vontade deste executivo, assim como a boa vontade dos anteriores executivos, mas o mercado nunca tem passado de uma miragem. E importa que isto não passe de uma miragem, que seja um projeto sério e honesto, sendo uma proposta que, assim que haja oportunidade, esta Câmara deveria, em prol do consumidor e do produtor, fazer uma candidatura para dar a S. Pedro do Sul um espaço digno, onde se possa comercializar e comprar. Afirmou que o que está escrito na proposta é a mensagem que os consumidores e os produtores lhe transmitiram no passado sábado. O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) declarou que subscrevia a proposta de recomendação do deputado António Lopes Ribeiro, como entendia e aceitava a argumentação do vereador da Câmara Municipal. Contudo, questionou onde estava o Deputado Lopes Ribeiro no mandato anterior, quando a Câmara Municipal era gerida por outras pessoas e por que razão os executivos anteriores nunca investiram neste tipo de equipamento, provavelmente porque o investimento a fazer, certamente avultado, dificilmente seria sustentável. Disse que em tempo de vacas magras, como hoje vivemos, em que os dinheiros faltam para tudo, importa igualmente refletir sobre a questão do custo e benefício. Questionou ainda se os nossos agricultores, produtores, cada vez mais envelhecidos, cada vez com menos capacidade de dedicação à agricultura e à produção, poderão alguma vez tirar benefício de uma estrutura desta natureza. E, em jeito de reflexão, continuou dizendo que conhece muitos mercados municipais que estão desocupados e ao abandono, alegando que a maioria dos consumidores opta por se deslocar a uma média ou grande superfície comercial para fazer as suas compras, porventura em melhores condições e com preços mais competitivos do que aqueles praticados nos mercados municipais. Terminou alegando que preferia deixar esse assunto à responsabilidade do executivo camarário, para que possa refletir e decidir conforme o que for mais adequado. A Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD) fez a seguinte intervenção: “Nós temos que dar oportunidade aos nossos agricultores de terem um local para venderem os produtos. Por haver poucos agricultores, vamos matar os agricultores que existem? A questão do Mercado Municipal tem sido sistematicamente discutida nas Assembleias Municipais, sem contudo o fazerem de uma forma megalómana. Elogio o executivo camarário quanto ao regulamento e às adaptações que promove em relação aos produtores e às novas regras de venda, mas, considero que o Município tem que criar condições para que os produtores tenham a oportunidade de vender os produtos da nossa terra, nomeadamente uma banca em aço inox e cobertura de proteção para a chuva. É preciso dar uma oportunidade aquelas pessoas para que continuem a vender, trazer mais pessoas das aldeias que têm produtos para vender e que têm o direito de os poder vender num mercado com condições.” O Deputado Municipal Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD) interveio para lembrar que foi precisamente num mandato de uma Câmara do PSD que a obra do mercado municipal esteve já estruturada, inclusive com um edifício em construção para o mercado, acrescentando que se localizava junto à antiga cadeia e que foi demolida por outro executivo camarário. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço acrescentou dois aspetos fundamentais: primeiro, quantos quadros comunitários já surgiram com incidência na agricultura, e porque é que nunca fizeram nenhuma candidatura? Segundo, desafiou a bancada do PSD a alterar a proposta e, nesse sentido, votaria favoravelmente. Esclareceu que existiu uma estrutura feita e paga com fundos comunitários, chamada Loja Terras, situada nas Termas de S. Pedro do Sul, financiada pela ADDLAP, entidade da qual a Câmara Municipal fazia parte da



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

direção, onde os agricultores, inicialmente, eram incentivados a levar os seus próprios produtos, com o propósito de serem feitos cabazes e vendidos em Viseu e noutros locais. Mas que o que acontecia agora é que muitos agricultores diziam que não conseguiam escoar para lá os produtos, porque a loja não os aceitava. Não interessava estar a fazer mais estruturas e a gastar mais dinheiro, porque o que importa é que as coisas funcionem. Disse que desafiava a bancada do PSD a alterar a sua recomendação, de forma a que saísse uma proposta no sentido de, junto da cooperativa que geria essa loja, abrir a todos os produtores, que tivessem qualidade, a possibilidade de escoarem os seus produtos, porque o espaço existia e podia ser rentabilizado. Concluiu dizendo que a autarquia possui muitos espaços que podem ser rapidamente convertidos em mercado municipal, que, caso se verifique um número maior de inscrições do que número de lugares disponíveis no mercado tradicional, pode haver uma reformulação do processo, e que antes o mercado funcionava de 15 em 15 dias e agora funciona todas as semanas, havendo ainda produtores a sugerir que se volte à periodicidade anterior, porque não lhes é rentável uma deslocação semanal ao mercado tradicional e, igualmente, porque há muitos produtos que são sazonais e não se podem vender durante o ano todo. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) frisou que se tratava de uma proposta de recomendação que visa a discussão e a análise, alegando que uma coisa é a Coopraízes que se gere mediante o código cooperativo, mas outra que está em causa é o mercado municipal, reforçando a ideia de manter e levar a votação a dita proposta. O Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta de recomendação sobre o mercado municipal à votação, tendo sido reprovada com 18 votos contra, 1 abstenção e 15 votos a favor. A **Bancada do PS** apresentou a seguinte Declaração de Voto: “O grupo Parlamentar do PS votou contra a proposta de recomendação constituída por cinco pontos, apresentada pelo PSD, por confiar no executivo e no trabalho que tem desenvolvido e continuará a desenvolver em prol da valorização e comercialização dos produtos locais, rentabilizando espaços existentes.” O Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS) fez a seguinte intervenção: “Primeiro, gostaria que o executivo informasse a esta Assembleia o que já fez e o que se propõe fazer no futuro sobre o saneamento no concelho. Segundo, solicitava que igualmente transmitisse a esta Assembleia Municipal se o executivo camarário elaborou ou apresentou algum projeto de candidatura a fundos comunitários para minorar a situação caótica da rede de saneamento.” O Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior fez a seguinte intervenção: “O grupo parlamentar do PS congratula-se com o vasto leque de obras lançadas, mas chama a atenção da Câmara Municipal para a pavimentação do parque de estacionamento do Centro de Saúde. Os utentes que se lá deslocam, deparam-se com um piso irregular, em terra, lamacento em dias de chuva, e isto em nada contribui para a melhoria do estado de saúde, principalmente dos idosos. Apelo à Câmara Municipal que, em tempo útil, e logo que possível, proceda à pavimentação daquele espaço.” O Presidente da Câmara Municipal respondeu às intervenções elogiando a prática da democracia e a política de proximidade com as populações, pois é a essência da democracia os eleitos irem junto dos eleitores e dizendo que o executivo faz questão de visitar todas estas freguesias, sendo a primeira vez que a Assembleia Municipal reúne na União das Freguesias de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio. Começou por abordar a questão suscitada pelo deputado Ferreira Gomes em relação a um conjunto de obras em curso e em fase de lançamento de concurso público e a origem do respetivo financiamento: “Nós, no momento, temos uma série de obras a nível de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alcatroamento de estradas e as obras vão ser pagas na totalidade pela Câmara Municipal. Estamos todavia a considerar candidatar essas obras ao anterior quadro comunitário de apoio, em sistema de overbooking, que vai abrir nos próximos dias. Assim, através de uma jogada de antecipação, queremos candidatar o maior número possível de obras e, conseguindo a sua aprovação, termos dinheiro para lançarmos no próximo ano as obras de saneamento, que tão necessárias são por todo o concelho.”. Depois, em resposta ao senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Félix, sobre a questão da água ao domicílio, no lugar de Vila Nova, aludiu ao equívoco do presidente da Junta de Freguesia, informando que a água ao domicílio já esteve em pressão e que o depósito já foi vedado, acrescentando que ninguém da povoação de Vila Nova fez o pedido de instalação da água, porque tinha acabado de confirmar essa situação com os serviços camarários. Explicou o atraso da instalação da água em Vila Nova com a necessidade de se fazer a vedação dos depósitos. Sobre o saneamento na freguesia de S. Félix, nomeadamente na povoação de Sacados, é igual a tudo aquilo que existe por todo o concelho, porque praticamente em todo o concelho não existe saneamento. Existe saneamento em Oliveira de Sul, em Pindelo dos Milagres, Rio de Mel e Mosteirinho, existe na cidade e, depois, nos meios rurais não existe nada. No que diz respeito à questão do deputado Custódio Rocha, acrescentando que a Câmara Municipal anterior não candidatou nenhuma obra de saneamento, contrariamente ao que agora se está a preparar: ”há um ano que estamos na Câmara Municipal e já fizemos uma candidatura em conjunto com a Câmara de Vouzela, que ronda 4 milhões e meio de euros, para a construção de uma nova ETAR, porque a atualmente existente está completamente obsoleta e, de vez em quando, faz descargas diretas para o rio, o que é inadmissível, por causa da poluição que provoca no rio Vouga. Fizemos essa candidatura e uma outra candidatura para a povoação de Vila Nova, na freguesia de Santa Cruz da Trapa. Estas duas estão feitas. Estamos agora a adquirir terrenos numa série de povoações e posso falar-vos em Fermontelos, em Covelo de Valadares, em Sendas de Vila Maior, em Mosteirinho, em Lourosa, em Carvalhais. Estamos a comprar uma série de terrenos para que, no futuro, possamos candidatar a possibilidade das pessoas terem saneamento. E estava a esquecer-me de uma importante: a Rompecilha, acabamos de adquirir o terreno e vamos assinar a escritura brevemente, é só uma questão de papéis. E, ao mesmo tempo, na Rompecilha, estamos a trabalhar a questão da água, porque aquilo que existia não era nada: a água não estava a ser tratada, havia pessoas que recebiam e outras que não recebiam porque não havia possibilidade de reduzir a pressão das águas, apesar de todas as pessoas terem as canalizações feitas. Assim, o que eu quero dizer ao senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Félix é que a povoação de Sacados é uma das povoações que vai ser beneficiada a curto prazo. A obra está em concurso, vai ser entregue brevemente a um empreiteiro e o prazo de execução será de 90 dias, de forma que no prazo de 3 ou 4 meses a obra poderá ficar concluída. Estamos a fazer os ramais de ligação do saneamento e das águas para que depois possamos colocar o alcatrão, portanto estamos a trabalhar a sério em Sacados.”. E finalizou as respostas ao presidente da Junta de Freguesia de S. Félix com a questão da abertura de um caminho até à habitação de dois idosos da freguesia, lembrando que, em face da situação financeira da autarquia, não é possível no momento alcatroar tudo aquilo que queria, esclarecendo que para este ano essa obra não está inscrita nas prioridades, porque o dinheiro tem que chegar um pouco para todas as freguesias. Quanto à proposta de recomendação apresentada pelo deputado António Lopes Ribeiro,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entretanto votada e reprovada, mencionando que a Câmara Municipal sabe o que anda a fazer, como fazer e quando fazer as coisas, uma vez que obedece a um planeamento estratégico: “este ano colocar alcatrão e, provavelmente, avançar com alguma coisa de saneamento e para o ano avançarmos a sério com o saneamento.”. E conclui dizendo que é preciso saber exatamente o que se quer para os 4 anos, acrescentando que a Câmara Municipal está igualmente com os agricultores e tenciona prestar-lhes todo o apoio necessário. No respeitante à intervenção do deputado Custódio Rocha, sobre o saneamento, remeteu parte da resposta para o que havia dito antes, reforçando com a afirmação de que o anterior executivo camarário não levou a cabo qualquer projeto de saneamento no concelho e, agora, é o atual executivo que está a trabalhar essa questão. E finalizou aludindo à intervenção do deputado Manuel Mouro Pinto, com a promessa de, assim que possível, pavimentar com alcatrão o parque de estacionamento em frente ao Centro de Saúde, porque as pessoas que normalmente recorrem a esse estabelecimento são idosas ou estão doentes, tratando-se de uma obra que vai beneficiar toda a população do concelho de S. Pedro do Sul. O presidente da Junta de Freguesia de S. Félix solicitou um esclarecimento junto do presidente da Câmara Municipal, realçando, a propósito do saneamento, que a freguesia tem tubagem de saneamento colocada em Vila Nova e Sacados, mas que o objetivo passa pela construção de uma ETAR no lugar de Mondelos para servir toda a freguesia e mais duas povoações (Casal de Matos e Travanca) pertencentes à União das Freguesias de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões, frisando que esteve lá com o vereador responsável e com uma engenheira, que ficaram de lhe dizer qual o terreno que a Junta devia adquirir para o efeito. Depois comentou a intervenção do presidente do executivo municipal, quando disse que a Câmara Municipal comprou terrenos nas outras freguesias, repetindo que em S. Félix é a Junta que vai comprar o terreno e, concluindo, diz: “se o saneamento não for feito na freguesia de S. Félix não é por falta de vontade da Junta de Freguesia, porque a Junta de Freguesia está disponível para comprar o terreno e só quero é que a Câmara Municipal e os seus técnicos nos digam onde é que é o sítio ideal.”. Aproveitou ainda para afirmar que na povoação do Alvarinho tem igualmente saneamento. Passou depois a debruçar-se sobre o problema do abastecimento de águas para afirmar que: “alguém está a mentir neste processo”. E, de forma a ver esclarecidas as dúvidas, manifestou a vontade de convocar as pessoas que disseram ter requisitado a água ao domicílio para estarem presentes na próxima sessão da Assembleia Municipal, que se vai realizar precisamente em S. Félix. Por fim, em relação ao caso dos idosos isolados, clarificou que não se trata de uma obra ou construção de estrada com custos avultados, mas sim de uma intervenção que, no máximo, orçará em mil ou dois mil euros, terminando com mais estes esclarecimentos: “no último mandato tentou-se fazer a obra por administração direta, só que as Estradas de Portugal embargaram a obra, porque foi preciso fazer uns projetos e a autorização dos projetos veio após as eleições. Na sessão da Assembleia Municipal realizada em Pindelo dos Milagres, a Junta de Freguesia disponibilizou-se para ceder os materiais, cabendo à Câmara Municipal dar a mão-de-obra.”. E voltou a lançar o repto: “Senhor presidente da Câmara, a Junta de Freguesia dá os materiais e a Câmara Municipal que dê a mão-de-obra.” O Presidente da Câmara Municipal, a propósito da água de Vila Nova, voltou a reforçar o que dissera: “ainda há pouco foi confirmado com os nossos serviços, que informaram que até hoje não chegou nenhum pedido de água, portanto não sei quem está a mentir.”. Confirma, em seguida, que existe saneamento na povoação de Alvarinho, tratando-se de “meia dúzia de casas com a fossa



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

completamente cheia há muito tempo, que é preciso esgotar e ninguém a esgota.”. E, sobre a obra de acesso à casa dos dois idosos, termina por aceitar o repto lançado: “fica combinado que, se der os materiais, a Câmara Municipal paga a mão-de-obra.”. Continua, todavia, ainda a respeito do terreno para o saneamento, por referir que está à espera que a Junta de Freguesia de S. Félix compre o terreno e o coloque em nome da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, acrescentando que é uma atitude que só fica bem à Junta de Freguesia, porque foi o seu presidente que se prontificou a comprar o terreno e em contrapartida a Câmara Municipal prontificou-se a alcatroar a povoação de Sacados. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, tendo-se verificado as seguintes intervenções: o Sr. Arlindo Dias Coelho, natural da Rompecilha, falou um pouco da história da povoação de Sequeiros e que disponibiliza em favor da Câmara Municipal todo o seu conhecimento e documentação que entretanto foi reunindo sobre o S. Macário. O Sr. José, natural da Ameixiosa, membro do Concelho Diretivo dos Baldios (Assembleia de Compartes), interveio para solicitar apoios à Câmara Municipal: o primeiro prende-se com o apoio para a reparação de um muro existente à saída da povoação da Ameixiosa, que orça em cinco a seis mil euros e o Concelho Diretivo não dispõe de fundos para a obra, solicitando que a Câmara Municipal abone a mão-de-obra ou o material. O segundo assunto visava remover os paralelos de uma estrada e substituí-los por um piso em alcatrão, porque a estrada apresenta uma percentagem elevada de inclinação e provoca a derrapagem dos carros no tempo de chuva, solicitando assim que seja o Concelho Diretivo a pagar o alcatrão e a Câmara Municipal a dar a mão-de-obra. O Sr. Delfim, natural da Rompecilha questionou há quantos anos é que a freguesia de S. Martinho e Covas do Rio não é alvo de obra e que projetos existem para o São Macário, uma vez que o turismo do concelho tem que crescer para as serras. Depois, sobre a Rompecilha, quis saber como vai o projeto de águas, porque afirma que nunca tiveram água canalizada, uma vez que a água foi colocada apenas à entrada da povoação há 8 anos, mas que nunca serviu ninguém. E, voltando ao S. Macário, refere que, numa reunião onde esteve a representar a Associação da Rompecilha, foi abordada a eventual abertura de um posto de turismo na aldeia de Sul, o que considera ser desajustado da realidade e dos interesses do concelho, afirmando que, havendo um projeto para o S. Macário deviam chamar as aldeias à volta e as associações, que a marca vende e a própria montanha tem instalações que podiam alojar o posto de turismo, acrescentando que aqueles que se dirigem ao S. Macário vão diretos e não param em Sul, portanto não lhe parece bem fixar o posto de turismo em Sul. O Padre das Paróquias de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio tomou a palavra para dizer que deve ser das pessoas que mais usa as más estradas da freguesia, porque todos os dias tem que as percorrer. Falou sobre a eletrificação da capela de S. Macário de Cima, que foi prometida ao povo e que nunca foi instalada, com a Câmara Municipal a ter lá uma antena colocada que nunca pagou renda. Ironiza dizendo que não vem reivindicar as rendas em atraso, mas, tal como a sua instituição assume compromissos com as pessoas, pedia que a Câmara Municipal se responsabilizasse por essa questão da eletricidade, portanto é no momento em que este executivo está a servir a população que vem pedir o cumprimento da promessa feita pelo executivo anterior. Referiu ainda que é bom que todos os deputados vejam as situações em que estes povos vivem, porque é muito fácil governar do centro, mas que a serra foi muito



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

abandonada e que S. Martinho das Moitas é tão importante como a freguesia de Várzea e a freguesia de S. Pedro do Sul, porque, apesar de não ter tanta gente, não é motivo para que fique abandonada. Antes pelo contrário, há que investir nela, porque qualquer dia passam a ser aldeias assombradas. Referiu que é necessário haver investimento, que não passa apenas por investimento de capital, é preciso haver investimento humano de gente que trabalhe por esta terra. O Presidente da Câmara Municipal respondeu às intervenções começando pelo Sr. Arlindo, manifestando toda a amizade e apreço que por ele tem e agradecendo a alusão histórica que fez em relação a S. Martinho das Moitas e Sequeiros. Depois, voltando-se para a intervenção do Sr. José, da Ameixiosa, sobre o muro que está a ameaçar ruir, garantiu que, possivelmente, terá a ajuda solicitada para arranjar o muro, mas que só o fará após levantar os muitos muros do concelho que já estão no chão. Sobre a pavimentação da rua, não se quis comprometer com a obra sem primeiro ver o assunto mais em pormenor, porque a pavimentação é uma questão transversal a toda a freguesia de S. Martinho das Moitas. Salientou ser engraçado ver alguns deputados municipais a solicitarem determinadas obras, quando aquelas coisas básicas de que o senhor padre falou, nomeadamente a água, o saneamento e as estradas, estão todas por fazer em S. Martinho das Moitas. Quanto à intervenção do Sr. Delfim, referiu que a Câmara Municipal está a trabalhar afincadamente na povoação da Rompecilha, com um engenheiro municipal destacado para elaborar projetos de água e saneamento na povoação e que, atrás desses projetos, outros se poderão seguir, sobretudo a nível de investimentos empresariais. No que se refere à antena implantada no alto do S. Macário, o Presidente da Câmara disse que achava que não tem lá qualquer antena, mas, verificando-se o contrário, é bom que se esclareça e que se pague a respetiva renda. E remata o seu período de respostas com a seguinte consideração: “Gostei de ouvir as intervenções aqui expostas. Como viram, aqui se falou das estradas, das águas e do saneamento. Mencionou que a aposta vai ser, exatamente, a questão da água e do saneamento, com o próximo desafio a ser a água de Sequeiros, onde já andaram a fazer a substituição de algumas tubagens antigas. Não adianta andar a colocar alcatrão novo nas estradas, se mais tarde, daqui a um ano, dois ou três, têm de partir tudo novamente para meter a água e o saneamento. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço disse que concordava com o munícipe, reforçando que acredita que o turismo de S. Pedro do Sul não passa somente pelas Termas, mas igualmente pelas serras. Depois, a propósito de várias reuniões tidas entre a Câmara Municipal e outras entidades relacionadas com o S. Macário, verificaram que existem muitas zonas que pertencem a associações de compartes (Pena, Macieira e outras), que o monte se divide por duas Juntas de Freguesia, e portanto esclarece que se está a preparar uma candidatura em toda aquela área e acordada por todas essas entidades. Disse, ainda, que não é fácil congregar todos os interesses de todas estas entidades, que já tiveram uma reunião onde abordaram isso e os técnicos estão a preparar uma candidatura que passa por devolver aquele espaço aos turistas, criando melhores acessos, parques de estacionamento, reflorestação, mais árvores, zonas de lazer. Em conjunto com o CLDS, vão ser criados alguns postos de informação. No momento o presidente da União das Freguesias de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio já identificou um local para o fazer, é um pequeno espaço, mas o suficiente. Para além disso, tem um projeto na ADRIMAG, que é a Rota da Água e da Pedra, em que, até ao verão, vão ser colocadas, em várias zonas do concelho, sinaléticas e painéis informativos para quem visita: aldeia da Pena, Covas do Monte, S. Macário, Poço



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Negro, Poço Azul e outros espaços turísticos importantes que se calhar as pessoas não conhecem muito, mas que importa assinalar, e painéis na horizontal para as pessoas que ali chegarem possam conhecer um bocadinho da história do local. Salientou, ainda, que a zona do S. Macário está algo abandonada. E, noutros anos, foram lá feitos alguns investimentos, como um parque de lazer, e agora está abandonado, tratando-se sobretudo de questões de vandalismo. Considera sobretudo que as associações ou os compartes que tomam conta daquele espaço, devem ter de certa forma alguma preocupação. Questionou se agora iam fazer uma nova candidatura, instalar mesas, espaços de lazer e de informação para depois serem vandalizados. Apelou a que todos tentassem preservar tudo isso, porque são zonas muito isoladas, onde não há ninguém e muito sujeitas ao vandalismo. Assim, a Câmara Municipal e as entidades que financiam esses projetos têm que pensar duas vezes, porque vão dar dinheiro para um projeto e depois as coisas são abandonadas, roubadas e vandalizadas. Referiu que existe um projeto da paróquia de Sul para a zona da capela de baixo e sua envolvente, que está concluído e que já podia ter sido candidatado no anterior Quadro Comunitário de Apoio. Não o tendo sido, garantiu que, mal abra o novo Quadro Comunitário de Apoio, será dos primeiros projetos a ser candidatado. -----

ORDEM DO DIA:

3.1 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A “ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”;-----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

3.2 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “TRANSIÇÃO DA GESTÃO DO SERVIÇO DE ÁGUAS DE CONSUMO HUMANO, DAS FREGUESIAS PARA O MUNICÍPIO”; -----

O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) fez a seguinte intervenção: “Quero aqui desmistificar posições tornadas públicas por várias forças políticas e por órgãos de comunicação, pois não houve aqui nenhuma falta de solidariedade para com as Juntas de Freguesia do PSD. Houve sempre uma consonância de posições em que sempre falamos desde o início do processo, por isso não somos aqui traidores uns dos outros e eu queria que isso ficasse bem claro para depois não haver nenhum aproveitamento político sobre uma situação que é muito sensível para as populações.” A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) salientou que, o facto de se estar a discutir e votar um novo texto, vem comprovar o propósito do PSD em ter manifestado, na anterior sessão, a vontade de suspender o ponto, evitando o constrangimento de estar a votar um documento que afinal não foi implementado. Acrescentou que essa é uma questão ultrapassada e que o atual documento apresentado é consensual, portanto o PSD iria votar favoravelmente a matéria em análise, não sendo, contudo, um cheque em branco, dado que aguardavam a concretização da negociação com a Junta de Freguesia de Sul, que esperam esteja em vias de ser decidida a contento de ambas as partes, com base na boa-fé entre instituições democráticas e sem prejuízo para as populações abrangidas. Deixou as seguintes perguntas ao Presidente da Câmara Municipal: para quando prevê a definição da posição da Câmara Municipal relativamente à proposta apresentada pela Junta de Freguesia de Sul? E, qual o ponto



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de situação relativamente à freguesia de Pindelo dos Milagres: houve ou está a haver alguma negociação específica relativamente à transição do serviço de águas para o município? Em caso afirmativo, quais as contrapartidas para a freguesia de Pindelo dos Milagres. Insurgiu-se contra a não obrigatoriedade da submissão das adendas à Assembleia Municipal, o que levou a colocar as ditas questões, considerando que, no âmbito das suas funções de acompanhamento da atividade municipal e a bem da transparência, os membros da Assembleia Municipal deviam ter conhecimento dessas adendas. Solicitou assim que, mal os documentos se tornem definitivos, sejam os mesmos distribuídos aos elementos da Assembleia Municipal. Por fim, deixou uma palavra de apreço aos presidentes de Junta envolvidos nas negociações que se empenharam ativamente no processo e que nunca cruzaram os braços, conseguindo que as populações que representam não ficassem prejudicadas na sequência desta alteração, cumprindo cabalmente a sua função. O Vereador Francisco José de Matos, sobre as negociações com a Junta de Freguesia de Sul, mencionou que recebeu uma proposta há oito dias, que estava a ser analisada e, que nunca perdeu a esperança de chegar a acordo, porque é da boa-fé e do interesse das populações que se está a tratar. E tratava-se também do cumprimento integral da lei, que obriga, desde o dia 1 de Janeiro de 2010, a fazer um percurso de transferência e competências de gestão da água para o município. Depois, sobre os processos negociais com as Juntas, esclareceu que não há nenhum “gato escondido com o rabo de fora”, acrescentando que, no caso da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres há um protocolo que é igual ao protocolo que existe com as outras freguesias. Continuou dizendo que com Pindelo é mais fácil, porque tudo o que está feito, quer na parte de Pindelo, quer na parte de Rio de Mel, foram trabalhos executados na quase totalidade pela Câmara Municipal. Portanto, haverá sim compensação, como está no protocolo, pela utilização da água das nascentes da freguesia, e existirá compensação episódica, que ainda não está contratualizada e que, certamente, não haverá necessidade de contratualizar, porque não é por contrapartida às obras e às instalações de distribuição de água que estão executadas na freguesia, mas sim pelo normal andamento das obras nas várias freguesias do concelho. Confirmou que ainda falta acabar as obras em algumas freguesias, indicando a de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio, uma vez que se torna necessário chegar a um acordo com os Conselhos Diretivos. Informou que, nesta União de Freguesias, apenas o lugar de Covas do Rio paga água, salientando que todos os outros lugares recebem água ao domicílio, ou não, sem todavia ser fornecida pela Câmara Municipal, havendo portanto que proceder a um esforço negocial com os Conselhos Diretivos. Reforçou que o mesmo trabalho deve ser feito com a Junta de Freguesia de Manhouce, cujo Conselho Diretivo dos Baldios de Sernadinha fornece água à povoação, com a Câmara Municipal a somente cobrar água no centro de Manhouce. A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) agradeceu o esclarecimento do senhor vereador sobre a situação de Pindelo dos Milagres, uma vez que regista somente a informação prestada sobre a União das Freguesias de Carvalhais e Candal e sobre Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões. Em seguida rejeita na sua pergunta qualquer tipo de insinuação de “gato escondido com o rabo de fora”, insistindo que a Assembleia tem o direito à informação e que o executivo não visse nas questões que os deputados da Assembleia colocam sempre um ataque, porque muitas vezes trata-se da necessidade de informação e não tem que haver nada a esconder. É um direito que têm, e quem está no executivo até deve ter interesse em informar, precisamente para que não se dê azo a especulações e empolamentos que às vezes são



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desnecessários. O Deputado Municipal José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: “O meu voto a favor neste ponto prende-se, sobretudo, pelo facto de, entre a última Assembleia Municipal e a presente, ter havido novos desenvolvimentos sobre este processo de transição. A freguesia de Sul reuniu com o senhor vereador do pelouro, Dr. Francisco de Matos, fez também uma auscultação à população/consumidores, formulou uma proposta e apresentou-a em Assembleia de Freguesia, a qual foi aprovada por maioria e foi entregue no município de S. Pedro do Sul. Ainda esta carece de aprovação, mas acreditamos que também esta fase se irá ultrapassar com base na boa-fé negocial entre as instituições democráticas. No entanto, na nossa proposta, apresentada em relação ao protocolo proposto, existem três pontos que foram reformulados, mas, caso entendam, podem ser transferidos para a respetiva adenda.” Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **1 abstenção** do deputado José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.3 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS E TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS”; -----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.4 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – CHEFE DE DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA”; -----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por **maioria**, com **19 votos a favor** dos deputados municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), Gina Rosa Correia Cardoso (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto (PS), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Maria de Céu Sousa em substituição do Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), **10 votos contra** dos deputados municipais Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Mário António de Almeida (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sul (PSD), e **5 abstenções** dos deputados municipais Manuel Augusto Almeida Leitão (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Álvaro José Almeida Jesus, em substituição do Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), aprovar a proposta mencionada em título. -----

3.5 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AO ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO”;-----

Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

O Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação, em minuta, do ponto 3.2 ao ponto 3.5 tendo os membros da Assembleia Municipal concordado, por unanimidade.

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 12h30, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelo Presidente e pelos Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,